A RELAÇÃO ENTRE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Diovana Alves Costa[1],
Laís Leni Oliveira Lima [2]

[1]Universidade Federal de Jataí/ diovana.costa@discente.ufj.edu.br
[2]Universidade Federal de Jataí / lais_lima@ufj.edu.br

Resumo: A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e desempenha papel fundamental na formação humana, pois é nesse período que se estabelecem importantes processos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e cultural da criança. O presente estudo objetiva analisar a relação entre aprendizagem e desenvolvimento infantil na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, evidenciando as contribuições dessa abordagem para a organização das práticas pedagógicas na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, articulada às experiências desenvolvidas durante o Estágio Curricular Obrigatório I e II – Educação infantil, em um Centro Municipal de Educação Infantil do município de Jataí-GO. A fundamentação teórica baseia-se, principalmente, nos estudos de Vigotski (2007), Leontiev (1978), Elkonin (2009), Saviani (2008), Pasqualini (2010) e Oliveira (2011), além da legislação educacional brasileira referente à Educação Infantil. Os resultados evidenciam que a aprendizagem, quando organizada de forma intencional pelo professor, impulsiona o desenvolvimento das funções psicológicas superiores por meio das interações sociais e da apropriação da cultura historicamente produzida. Conclui-se que a formação teórica do professor constitui elemento indispensável para a efetivação de práticas pedagógicas capazes de promover o desenvolvimento integral das crianças e garantir uma Educação Infantil comprometida com a formação humana.

Palavras-chave: Educação Infantil. Psicologia Histórico-Cultural. Desenvolvimento Infantil.

Introdução

A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica e configura-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento integral das crianças. Ao longo das últimas décadas, importantes avanços legais e pedagógicos contribuíram para superar a concepção assistencialista que historicamente caracterizou o atendimento à infância, consolidando a Educação Infantil como um direito da criança e dever do Estado. Esse processo foi fortalecido pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, documentos que reconhecem a criança como sujeito histórico, social, cultural e de direitos.

Sob essa perspectiva, compreender como ocorre o desenvolvimento infantil torna-se fundamental para a organização do trabalho pedagógico. Entre as diferentes abordagens teóricas que investigam esse processo, a Psicologia Histórico-Cultural destaca-se por compreender que o desenvolvimento humano não decorre exclusivamente de fatores biológicos ou maturacionais,

mas constitui um processo histórico e social produzido nas relações estabelecidas entre o sujeito e a cultura. Nessa concepção, a aprendizagem antecede e impulsiona o desenvolvimento, sendo a mediação docente elemento essencial para que a criança se aproprie dos conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade.

A perspectiva histórico-cultural, desenvolvida inicialmente por Lev Semionovich Vigotski e posteriormente ampliada por pesquisadores como Leontiev e Elkonin, rompe com concepções naturalizantes da infância ao defender que as funções psicológicas superiores são constituídas nas interações sociais mediadas pela linguagem, pelos instrumentos culturais e pelas práticas educativas. Dessa forma, o papel da escola ultrapassa a função de cuidar ou acompanhar o desenvolvimento espontâneo da criança, assumindo a responsabilidade de promover situações educativas intencionalmente organizadas para favorecer novas formas de pensamento, linguagem, imaginação, memória e atenção voluntária.

Nesse contexto, o professor deixa de ocupar uma posição meramente observadora para assumir o papel de mediador do processo educativo. Sua atuação fundamenta-se na organização de experiências pedagógicas capazes de ampliar as possibilidades de aprendizagem das crianças, considerando seus conhecimentos prévios, suas potencialidades e aquilo que ainda podem desenvolver mediante intervenções qualificadas. A mediação pedagógica, portanto, constitui um dos principais fundamentos da Educação Infantil comprometida com a formação humana integral.

Este estudo originou-se das reflexões produzidas durante o Estágio Curricular Obrigatório I e II – Educação Infantil, realizado em uma instituição pública de Educação Infantil, no qual foi possível observar situações concretas relacionadas ao desenvolvimento infantil, à organização das práticas pedagógicas e às formas de mediação realizadas pelas professoras. A articulação entre os estudos teóricos e as experiências vivenciadas no estágio permitiu compreender que a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa quando as atividades são planejadas intencionalmente e possibilitam às crianças explorar, investigar, brincar, interagir e atribuir significados às experiências vividas.

Diante dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre aprendizagem e desenvolvimento infantil na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, evidenciando as contribuições dessa abordagem para a Educação Infantil.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e articulada às experiências vivenciadas durante o Estágio Curricular Obrigatório I e II - Educação Infantil. A pesquisa qualitativa possibilita compreender os fenômenos educacionais considerando sua complexidade e inserção em contextos históricos, sociais e culturais, favorecendo uma análise crítica das relações entre aprendizagem, desenvolvimento infantil e prática pedagógica, com o objetivo de compreender de maneira contextualizada e significativa as práticas pedagógicas na Educação Infantil. Segundo Bogdan e Biklen (1982) citados por Lüdke e André (1986, p. 13), a pesquisa qualitativa ou naturalista enfatiza o processo de obtenção de dados descritivos por meio do contato direto do pesquisador com a situação estudada, visando retratar a perspectiva dos participantes envolvidos.

A pesquisa também dialoga com as observações realizadas durante o Estágio Curricular Obrigatório I e II – Educação Infantil em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) localizado no município de Jataí, Goiás. Embora o estágio não tenha sido utilizado como pesquisa de campo com coleta sistemática de dados, as experiências vivenciadas contribuíram para estabelecer relações entre os pressupostos teóricos estudados e as práticas pedagógicas observadas no cotidiano escolar. No trabalho de estágio, foi utilizada a pesquisa-ação, pois esta, segundo Franco (2005) é um exercício pedagógico que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática.

A análise foi realizada por meio da interpretação crítica da literatura consultada, buscando identificar como a perspectiva histórico-cultural compreende a relação entre aprendizagem e desenvolvimento infantil e quais implicações essa concepção apresenta para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, a relação entre aprendizagem e desenvolvimento infantil não pode ser compreendida como um processo espontâneo ou exclusivamente determinado por condições biológicas. O desenvolvimento da criança ocorre em um contexto histórico e social, mediante sua inserção nas relações humanas e sua apropriação dos conhecimentos, instrumentos e formas de ação produzidos socialmente. Nesse sentido, Vigotski (2007) destaca que a aprendizagem organizada exerce papel fundamental no desenvolvimento, pois possibilita à criança avançar para formas mais complexas de pensamento

e de atuação. A aprendizagem, portanto, não se limita a acompanhar aquilo que a criança já consegue realizar de maneira independente, mas pode criar possibilidades para novas formas de desenvolvimento. Essa compreensão desloca o olhar pedagógico de uma perspectiva centrada apenas no nível atual da criança para uma prática que considere também suas possibilidades de avanço, evidenciando a importância de um ensino intencionalmente organizado.

Nesse processo, a mediação ocupa lugar central, uma vez que a relação da criança com o conhecimento não ocorre de maneira imediata, mas é constituída por meio das relações sociais, da linguagem, dos instrumentos culturais e da ação de outros sujeitos. Na Educação Infantil, o professor assume, portanto, uma função que ultrapassa o acompanhamento espontâneo das ações infantis, cabendo-lhe organizar situações educativas que favoreçam a apropriação dos conhecimentos e a ampliação das possibilidades de ação e pensamento da criança. Para Pasqualini (2010), o ensino possui papel decisivo quando atua sobre as possibilidades de desenvolvimento da criança, considerando aquilo que ela já realiza e, simultaneamente, aquilo que pode realizar com auxílio e orientação. Desse modo, a mediação pedagógica exige intencionalidade, planejamento e organização das experiências, de modo que as interações e as atividades propostas constituam condições efetivas para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Essa compreensão relaciona-se diretamente à noção de Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI), também apresentada em diferentes traduções como Zona de Desenvolvimento Potencial ou Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). O conceito permite compreender a distância entre aquilo que a criança consegue realizar de forma independente e aquilo que pode realizar mediante a colaboração e a orientação de um adulto ou de parceiros mais experientes. Nessa perspectiva, o ensino deve incidir sobre as possibilidades de desenvolvimento que ainda estão em processo de constituição, criando condições para que a criança avance para níveis mais complexos de aprendizagem e desenvolvimento. Pasqualini (2010, p. 174), ao discutir essa relação, destaca que o ensino deve atuar sobre o desenvolvimento potencial, uma vez que “o ensino deve fazer avançar o desenvolvimento” da criança. Assim, compreender a ZDI/ZDP implica reconhecer que a organização intencional do trabalho pedagógico, especialmente por meio da mediação do professor, pode ampliar as possibilidades de aprendizagem infantil e contribuir para a formação de novas capacidades, reafirmando a unidade dialética entre aprendizagem e desenvolvimento defendida pela Psicologia Histórico-Cultural.

Resultados e discussões

A Psicologia Histórico-Cultural, desenvolvida inicialmente por Lev Semionovich Vigotski e posteriormente ampliada por seus colaboradores Aleksei Leontiev e Daniil Elkonin, representa uma das mais importantes contribuições para a compreensão do desenvolvimento humano no campo da educação. Em oposição às concepções biologicistas e maturacionistas, essa abordagem compreende que o desenvolvimento psicológico da criança ocorre por meio das relações sociais estabelecidas historicamente, sendo profundamente influenciado pela cultura, pela linguagem e pelas práticas educativas.

Segundo essa perspectiva, o ser humano não nasce com suas funções psicológicas superiores plenamente desenvolvidas. Capacidades como o pensamento abstrato, a memória voluntária, a atenção consciente, o raciocínio lógico e a linguagem elaborada constituem-se ao longo da vida mediante a participação ativa do indivíduo em práticas sociais mediadas por outros sujeitos mais experientes. Assim, o desenvolvimento não pode ser compreendido como resultado exclusivo da maturação biológica, mas como um processo histórico de apropriação da cultura produzida pela humanidade.

Essa compreensão rompe com interpretações que atribuem à escola a função de apenas acompanhar um desenvolvimento considerado natural. Para Vigotski (2007), a aprendizagem organizada pedagogicamente exerce papel decisivo na promoção do desenvolvimento, pois possibilita à criança apropriar-se de conhecimentos, valores, instrumentos e formas de pensamento construídos historicamente pela sociedade. Em outras palavras, a aprendizagem não representa consequência do desenvolvimento, mas constitui uma de suas principais condições de realização.

Essa concepção evidencia-se no conceito de Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI), um dos principais fundamentos da teoria histórico-cultural. A ZDI corresponde ao intervalo entre o nível de desenvolvimento real da criança, expresso pelas atividades que ela consegue realizar de forma autônoma, e o nível de desenvolvimento potencial, representado pelas tarefas que consegue desempenhar com o auxílio de um adulto ou de pares mais experientes. Sob essa perspectiva, o ensino deve direcionar-se às possibilidades de desenvolvimento ainda em construção, promovendo mediações intencionais que favoreçam a apropriação de novos conhecimentos e impulsionem o avanço das funções psicológicas superiores.

Para Vigotski (1995), as capacidades que inicialmente dependem da colaboração de

outras pessoas tendem, gradativamente, a ser internalizadas, tornando-se parte do desenvolvimento real da criança. Isso significa que a aprendizagem não é resultado do desenvolvimento já alcançado, mas um elemento que o impulsiona, uma vez que possibilita a apropriação de conhecimentos, formas de pensamento e modos de agir socialmente produzidos. Nessa direção, a ação pedagógica assume papel fundamental ao criar condições para que a criança avance para além do que consegue realizar sozinha, ampliando suas possibilidades de desenvolvimento intelectual.

O conceito de Zona de Desenvolvimento Potencial está diretamente relacionado à lei geral do desenvolvimento cultural formulada por Vigotski. Segundo essa concepção, toda função psicológica superior manifesta-se, inicialmente, no plano interpsíquico, por meio das interações sociais, sendo posteriormente internalizada e reconstruída no plano intrapsíquico, tornando-se uma conquista do desenvolvimento individual. Essa perspectiva rompe com a concepção tradicional de que a educação deve apenas acompanhar o desenvolvimento infantil, atribuindo à escola e ao professor a responsabilidade de promover aprendizagens que antecipem e potencializem o desenvolvimento, por meio de práticas pedagógicas planejadas, mediadas e socialmente significativas.

De acordo com Pasqualine (2010), a Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI), corresponde à distância existente entre aquilo que a criança consegue realizar de forma autônoma e aquilo que é capaz de realizar com o auxílio de um adulto ou de colegas mais experientes, diante disso Pasqualine (2010) afirma que:

> Os processos psíquicos já plenamente desenvolvidos, os quais a criança domina com autonomia, é que constituem o desenvolvimento real/atual da criança; a ZDP, que por sua vez, corresponde às funções psíquicas que estão iniciando seu ciclo de desenvolvimento, as quais a criança só é capaz de empregar com o auxílio do educador (ou de crianças mais experientes). Para fazer o desenvolvimento avançar, o ensino não pode se limitar a aproveitar as possibilidades do desenvolvimento real, mas a agir sobretudo na zona de desenvolvimento potencial, ativando novos processos internos de desenvolvimento. (Pasqualini, 2010, p.174).

A compreensão da Zona de Desenvolvimento Potencial evidencia que a aprendizagem não deve restringir-se às capacidades já consolidadas pela criança, mas direcionar-se às potencialidades que podem ser desenvolvidas por meio da mediação pedagógica. Nesse contexto, o professor assume papel fundamental ao planejar intervenções intencionais que desafiem a criança a avançar em seu processo de desenvolvimento. Assim, as práticas

educativas organizadas de forma consciente favorecem a apropriação de novos conhecimentos e promovem o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, conforme os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural.

Desse modo, o ensino assume caráter intencional e planejado. Cabe ao professor identificar as possibilidades de aprendizagem presentes em cada criança e organizar experiências educativas capazes de ampliar progressivamente suas capacidades cognitivas, afetivas e sociais. A intervenção pedagógica deixa de ser entendida como mera transmissão de conteúdos para constituir-se em processo de mediação que favorece a formação de novas funções psicológicas.

Leontiev (1978) destaca que o desenvolvimento humano ocorre por meio da atividade. Para o autor, toda aprendizagem está vinculada às ações que o sujeito realiza sobre o mundo e às relações estabelecidas com outras pessoas durante esse processo. A atividade constitui, portanto, a unidade fundamental do desenvolvimento psicológico, pois permite à criança atribuir significado às experiências vividas e transformar sua relação com a realidade.

Essa compreensão possui importantes implicações para a Educação Infantil. As atividades desenvolvidas nessa etapa da escolarização não podem restringir-se à repetição mecânica de exercícios ou à antecipação dos conteúdos próprios do Ensino Fundamental. Ao contrário, devem possibilitar que a criança investigue, explore, imagine, comunique-se, estabeleça relações e participe ativamente da construção de conhecimentos. O planejamento pedagógico precisa considerar as especificidades do desenvolvimento infantil e organizar situações que favoreçam a participação ativa das crianças em práticas culturais significativas.

Nesse contexto, Elkonin (2009) enfatiza que, durante a Educação Infantil, a brincadeira de papéis sociais constitui a atividade principal do desenvolvimento. Ao brincar, a criança recria situações da vida cotidiana, representa diferentes funções sociais, amplia sua linguagem, desenvolve a imaginação, regula seu comportamento e estabelece novas formas de interação com o meio. A brincadeira, portanto, não representa simples entretenimento, mas importante atividade promotora do desenvolvimento psicológico.

Essa compreensão distancia-se das interpretações que consideram o brincar apenas como momento de descanso ou recompensa após atividades consideradas "mais importantes". Na perspectiva histórico-cultural, brincar constitui forma privilegiada de aprendizagem, pois possibilita que a criança experimente papéis sociais, desenvolva o pensamento simbólico e internalize significados culturais produzidos coletivamente.

Outro aspecto fundamental refere-se à mediação da linguagem; Vigotski demonstra

que a linguagem ocupa posição central no desenvolvimento humano por constituir o principal instrumento de organização do pensamento. Inicialmente utilizada como forma de comunicação entre as pessoas, a linguagem passa gradativamente a organizar os processos internos da criança, favorecendo o planejamento das ações, o controle voluntário do comportamento e o desenvolvimento do pensamento conceitual.

Essa relação entre linguagem e pensamento evidencia a importância das interações estabelecidas no ambiente escolar. Quanto mais ricas forem as experiências comunicativas proporcionadas pelo professor, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento intelectual das crianças. Contação de histórias, rodas de conversa, jogos simbólicos, produções artísticas, músicas, dramatizações e brincadeiras coletivas constituem exemplos de práticas pedagógicas capazes de favorecer esse processo.

Pasqualini (2010), ao estudar a Educação Infantil na perspectiva histórico-cultural, afirma que o papel da escola consiste em promover o desenvolvimento das máximas possibilidades humanas presentes em cada criança. Isso significa compreender que a função da instituição escolar não é apenas acompanhar o desenvolvimento espontâneo, mas criar condições para que novas capacidades sejam construídas por meio da aprendizagem sistematicamente organizada.

Essa compreensão também redefine o papel do professor. O docente deixa de ser mero observador do desenvolvimento infantil para assumir posição de intelectual responsável pela organização do ensino. Seu trabalho exige sólida formação teórica, domínio dos conhecimentos científicos e capacidade de planejar situações educativas coerentes com as necessidades de aprendizagem das crianças. A qualidade das mediações realizadas influencia diretamente as possibilidades de desenvolvimento infantil.

Sob essa perspectiva, ensinar não significa antecipar conteúdos escolares nem submeter as crianças a práticas mecanizadas de alfabetização precoce. Ensinar significa organizar experiências culturais capazes de ampliar progressivamente as formas de pensar, agir e compreender o mundo. A aprendizagem escolar deve contribuir para que a criança desenvolva autonomia intelectual, criatividade, capacidade crítica e participação social.

Os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural revelam, portanto, que aprendizagem e desenvolvimento constituem processos inseparáveis. A aprendizagem promove o desenvolvimento quando ocorre mediante práticas pedagógicas intencionais, fundamentadas teoricamente e organizadas para favorecer a apropriação da cultura humana. Essa compreensão fortalece a concepção de Educação Infantil como espaço educativo comprometido com a

formação integral da criança, superando práticas assistencialistas ou escolarizantes que ainda persistem em alguns contextos.

As observações realizadas durante o Estágio Curricular Supervisionado corroboraram essa compreensão teórica. Foi possível identificar que as situações em que as professoras planejavam atividades fundamentadas nas interações, na brincadeira, na linguagem e na participação ativa das crianças favoreciam maior envolvimento, curiosidade, resolução de problemas e ampliação das formas de comunicação. Em contrapartida, atividades excessivamente repetitivas ou centradas apenas na reprodução de conteúdos mostravam-se menos significativas para o desenvolvimento infantil, evidenciando a importância da mediação pedagógica intencional defendida pela Psicologia Histórico-Cultural.

Em síntese, a teoria histórico-cultural oferece importantes fundamentos para a organização da Educação Infantil ao compreender que o desenvolvimento humano é resultado da apropriação da cultura mediada pelas relações sociais. Nessa perspectiva, a escola assume papel decisivo na formação das novas gerações, cabendo ao professor organizar práticas educativas que promovam a aprendizagem e impulsionem o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, contribuindo para a formação plena da criança como sujeito histórico, social e cultural.

Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre aprendizagem e desenvolvimento infantil na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, evidenciando as contribuições dessa abordagem para a organização das práticas pedagógicas na Educação Infantil. A partir da revisão bibliográfica e das reflexões construídas durante o Estágio Curricular Obrigatório I e II – Educação Infantil, foi possível compreender que o desenvolvimento infantil constitui um processo histórico e social, produzido nas interações estabelecidas entre a criança, os sujeitos que a cercam e os conhecimentos culturalmente elaborados pela humanidade.

As análises realizadas demonstram que a Psicologia Histórico-Cultural rompe com concepções que compreendem o desenvolvimento como resultado exclusivo da maturação biológica ou da evolução natural da criança. Em contrapartida, essa perspectiva evidencia que a aprendizagem, quando organizada de maneira intencional e mediada por práticas pedagógicas qualificadas, impulsiona o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, favorecendo a formação do pensamento, da linguagem, da memória, da imaginação, da atenção voluntária e

de outras capacidades essencialmente humanas.

Nesse contexto, a Educação Infantil assume papel fundamental na formação integral da criança. Mais do que um espaço destinado ao cuidado, essa etapa da Educação Básica constitui um ambiente privilegiado para a apropriação da cultura, para o desenvolvimento das relações sociais e para a construção de conhecimentos que contribuirão para a constituição da personalidade e da identidade infantil. Assim, torna-se imprescindível compreender que educar e cuidar são dimensões indissociáveis do trabalho pedagógico, devendo ser desenvolvidas de forma integrada e intencional.

A pesquisa também evidenciou que o professor desempenha papel central nesse processo. A mediação pedagógica, fundamentada em conhecimentos científicos acerca do desenvolvimento infantil, possibilita a organização de situações de aprendizagem capazes de ampliar as potencialidades das crianças. O docente deixa de ser mero transmissor de conteúdos para assumir a função de mediador da apropriação do conhecimento, organizando experiências que favoreçam a participação ativa das crianças, a construção da autonomia, o desenvolvimento da linguagem, da imaginação, do pensamento e das relações sociais.

As experiências vivenciadas durante o Estágio Curricular Obrigatório I e II – Educação Infantil reforçaram os pressupostos teóricos discutidos ao longo deste estudo. Foi possível observar que práticas pedagógicas planejadas, fundamentadas na brincadeira, nas interações e na participação ativa das crianças favorecem aprendizagens mais significativas e contribuem efetivamente para seu desenvolvimento integral. Da mesma forma, constatou-se que atividades desprovidas de intencionalidade pedagógica tendem a limitar as possibilidades de aprendizagem, evidenciando a importância da formação docente para a qualificação do trabalho educativo.

Outro aspecto relevante identificado nesta pesquisa refere-se à necessidade de fortalecimento da formação inicial e continuada dos professores da Educação Infantil. A atuação fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural exige sólida compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento, domínio dos conhecimentos científicos e capacidade de transformar esses referenciais em práticas pedagógicas significativas. Dessa forma, investir na formação docente significa investir diretamente na qualidade da educação oferecida às crianças.

Conclui-se, portanto, que a relação entre aprendizagem e desenvolvimento infantil constitui um dos principais fundamentos para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. A aprendizagem não deve ser compreendida como consequência do

desenvolvimento, mas como condição que o impulsiona por meio da mediação intencional do professor e das interações sociais estabelecidas no ambiente escolar. Sob essa perspectiva, a escola reafirma sua função social de promover a formação humana, garantindo às crianças o acesso ao patrimônio cultural produzido historicamente pela humanidade e contribuindo para a construção de uma educação pública, democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões acerca da importância da Psicologia Histórico-Cultural na formação de professores e na organização das práticas pedagógicas da Educação Infantil, estimulando novas pesquisas que fortaleçam o compromisso da educação com o desenvolvimento pleno das crianças e com a efetivação do direito à aprendizagem de qualidade.

Termos de uso de Inteligência Artificial Generativa

Neste trabalho foram utilizadas as seguintes ferramentas de Inteligência Artificial Generativa ChatGPT (OpenAI) como apoio, para fins de revisão textual.

Referências

BRASIL. Universidade Federal de Jataí. Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação. **Plano de curso, Estágio Curricular Obrigatório I – Educação infantil, 2025-1**. Jataí-GO: UFJ.

BRASIL. Universidade Federal de Jataí. Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação. **Plano de curso, Estágio Curricular Obrigatório II – Educação infantil, 2025-2**. Jataí-GO: UFJ.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

ELKONIN, Daniil Borisovich. **Psicologia do jogo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FRANCO. Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa ação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de**. Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Dalila. Andrade**.** A profissão docente na Educação Infantil**.** In: **Boletim o Salto para o Futuro**: Docência na Educação Infantil. v. 23, n. 10, junho, 2011.

PASQUALINI, Juliana Campregher. O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (orgs.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: http://books.scielo.org.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI,L. S. Obras escolhidas. Madrid: Visor, 1995. t.III. ___A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins fontes, 2001.